



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 5, art. 4, p. 67-85, mai. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.5.4>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



## Protagonismo Feminino, Democracia Digital e Constitucionalismo Decolonial

### Female Leadership, Digital Democracy and Decolonial Constitutionalism

**Ingrid Caroline Máximo Carvalho**

Graduanda no curso de Direito (UNITINS – Câmpus Dianópolis) e bolsista PIBIC

E-mail: [ingridcaroline@unitins.br](mailto:ingridcaroline@unitins.br)

**Jéssica Painkow Rosa Cavalcante**

Pós-Doutorada em Direitos Humanos pela (PPGIDH/UFG)

Doutora em Direito Público pela (UNISINOS)

Professora no curso de Direito da (UNITINS – Câmpus Dianópolis)

E-mail: [jessicapainkow@hotmail.com](mailto:jessicapainkow@hotmail.com)

**Endereço: Ingrid Caroline Máximo Carvalho**

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Avenida  
Fernando Corrêa da Costa, nº 2.367, Cuiabá, Mato  
Grosso, Brasil – CEP 78060-900.

**Endereço: Jéssica Painkow Rosa Cavalcante**

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Avenida  
Fernando Corrêa da Costa, nº 2.367, Cuiabá, Mato  
Grosso, Brasil – CEP 78060-900.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar  
Rodrigues**

**Artigo recebido em 27/03/2026. Última versão  
recebida em 15/04/2026. Aprovado em 16/04/2026.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação**



## RESUMO

O trabalho analisa o protagonismo feminino nas lutas pela efetivação de direitos no Brasil, articulando trajetórias históricas de resistência com os desafios da democracia digital e das epistemologias decoloniais. O objetivo consiste em compreender como as experiências femininas contribuem para a construção de um constitucionalismo crítico latino-americano. Utiliza-se metodologia qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico, com abordagem interdisciplinar entre direito, teoria crítica e estudos de gênero. Os resultados indicam que, embora marcos como o sufrágio feminino e a igualdade constitucional tenham ampliado direitos, persistem desigualdades estruturais que limitam a participação das mulheres. No ambiente digital, identificam-se tanto potencialidades de ampliação das vozes femininas quanto a reprodução de violências, como misoginia e silenciamento algorítmico. Verifica-se que o feminismo decolonial e as epistemologias do Sul oferecem ferramentas teóricas para enfrentar tais limites e propor alternativas emancipatórias. Conclui-se que o protagonismo feminino é central para a reconfiguração da democracia, sendo indispensável à construção de um modelo mais plural, intercultural e comprometido com a justiça de gênero no século XXI.

**Palavras-chave:** Protagonismo feminino. Democracia digital. Constitucionalismo crítico. Feminismo decolonial. Direitos humanos.

## ABSTRACT

This study analyzes female leadership in the struggle for the realization of rights in Brazil, articulating historical trajectories of resistance with the challenges of digital democracy and decolonial epistemologies. The objective is to understand how women's experiences contribute to the construction of a critical Latin American constitutionalism. A qualitative, bibliographic, and analytical methodology is employed, with an interdisciplinary approach combining law, critical theory, and gender studies. The results indicate that, although milestones such as women's suffrage and constitutional equality have expanded rights, structural inequalities persist and limit women's effective participation. In the digital environment, both the expansion of feminist voices and the reproduction of violence, such as misogyny and algorithmic silencing, are identified. It is observed that decolonial feminism and Southern epistemologies provide theoretical tools to confront these limitations and propose emancipatory alternatives. The study concludes that female leadership is central to the reconfiguration of democracy and essential for building a more plural, intercultural model committed to gender justice in the twenty-first century.

**Keywords:** Women's leadership. Digital democracy. Critical constitutionalism. Decolonial feminism. Human rights.

# 1 INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres no Brasil é marcada por processos contínuos de resistência, invisibilização e reorganização do protagonismo político e social. Durante séculos, estruturas patriarcais e a colonialidade do poder limitaram a participação feminina nos espaços de decisão, relegando as mulheres a papéis secundários nos registros historiográficos, nas instituições jurídicas e nas práticas sociais. Apesar disso, a atuação feminina foi decisiva para a transformação social e para a ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, ainda que frequentemente silenciada ou deslegitimada.

Com a emergência das tecnologias digitais, novas arenas de disputa surgem. Plataformas e redes sociais se tornaram instrumentos centrais de mobilização, denúncia e construção de memória coletiva, permitindo que experiências individuais se transformem em narrativas políticas compartilhadas. Campanhas como #MeuPrimeiroAssédio, #EleNão e #MeToo evidenciam como o ativismo digital amplifica vozes historicamente marginalizadas, ao mesmo tempo em que enfrenta novas formas de violência, como o assédio virtual, a difusão de desinformação e a exclusão tecnológica.

Diante desse cenário, a presente pesquisa propõe compreender de que modo o protagonismo feminino, articulado historicamente e potencializado pelas tecnologias digitais, reconfigura práticas e discursos de direitos no Brasil contemporâneo, tensionando o paradigma liberal de cidadania e propondo novas formas de produção de conhecimento político. O presente estudo insere-se no Projeto de Iniciação Científica “Protagonismo Feminino na História das Lutas por Direitos: trajetórias, resistências e conquistas”, vinculado ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Direito e Sociedade (NEIDISO) da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).

A investigação adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, voltada à compreensão das inter-relações entre trajetórias históricas, disputas normativas e ativismo digital. A metodologia combina revisão bibliográfica e documental — com análise crítica de autoras de referência, como Joan Scott (1995), Carla Bassanezi Pinsky (2014), Heloisa Buarque de Hollanda (2019) e Djamila Ribeiro (2019; 2018) — e análise de documentos normativos e institucionais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 14.192/2021 e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), além de relatórios oficiais e registros de mobilizações feministas online.

A relevância científica da pesquisa reside em integrar as perspectivas de pluralismo jurídico, constitucionalismo crítico e justiça cognitiva, desafiando o eurocentrismo e promovendo uma análise decolonial das práticas e discursos jurídicos no Brasil. Socialmente, o estudo contribui para o fortalecimento de debates sobre igualdade de gênero, representatividade e governança digital, estimulando a construção de uma democracia efetivamente substantiva, inclusiva e interseccional.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Protagonismo feminino e memória histórica das lutas por direitos

O protagonismo feminino no Brasil tem raízes ainda no início do século XX, quando lideranças como Bertha Lutz articularam campanhas pelo sufrágio feminino e pela igualdade política das mulheres. Em 24 de fevereiro de 1932, foi editado o Decreto nº 21.076, que instituiu o Código Eleitoral, permitindo oficialmente o voto feminino. Nas eleições de 1933, as mulheres puderam, pela primeira vez, votar e ser votadas, e a Constituição de 1934 consolidou definitivamente o direito ao voto feminino, resultado direto da mobilização das sufragistas brasileiras (MARQUES, 2019; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1932).

Segundo Teresa Cristina de Novaes Marques (2019), o sufrágio feminino brasileiro foi fruto de um processo de construção social e política que envolveu décadas de reivindicações, marcado por avanços pontuais desde o Império — como a Lei Saraiva de 1881, que abriu brechas interpretativas para o voto de mulheres diplomadas — até as campanhas organizadas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz a partir da década de 1920. Essa trajetória demonstra que o voto não foi concedido como “dádiva estatal”, mas conquistado por intensa pressão política e articulação entre mulheres educadas, juristas, professoras e ativistas.

Essas vitórias eleitorais revelaram o ingresso das mulheres em espaços jurídicos e políticos historicamente masculinos, marcando o início de uma cidadania feminina ativa. Durante a ditadura civil-militar (1964–1985), as militantes ampliaram suas pautas, organizando grupos de resistência, denunciando prisões e torturas políticas, e formulando estratégias jurídicas de oposição (CHEHAB, 2018). Paralelamente, discutiram publicamente temas como violência doméstica, condições de trabalho, autonomia corporal e direitos reprodutivos (ALVES, 2021).

Com a Constituição de 1988, a igualdade de gênero foi consagrada em dispositivos fundamentais, como o art. 5º, inciso I, que assegura igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, representando o coroamento de uma luta que começou muito antes de 1932. Contudo, estudiosos apontam que a igualdade formal prevista na lei ainda não elimina barreiras socioeconômicas estruturais (SILVA, 2019; RIBEIRO, 2018). Essa lacuna motivou a historiografia feminista, que utiliza o gênero como categoria de análise para revelar mecanismos velados de dominação e resistência (SCOTT, 1995) e para narrar trajetórias esquecidas.

Nesse sentido, o feminismo contemporâneo atua como um movimento de memória histórica, recuperando histórias de vida de mulheres marginalizadas (além dos relatos oficiais) e consolidando aprendizagens políticas que orientam lutas atuais e estratégias digitais.

## 2.2 Constitucionalismo crítico latino-americano, pluralismo e interculturalidade

O constitucionalismo crítico latino-americano questiona os limites da tradição liberal clássica, enfatizando que as constituições universais precisam dialogar com as especificidades culturais e históricas locais. Autores de matrizes decoloniais como Aníbal Quijano (2010) alertam para a necessidade de valorizar saberes subalternos e combater o eurocentrismo. Nesse quadro, a igualdade formal consagrada no texto constitucional não basta: é preciso considerar a pluralidade jurídica e as epistemologias decoloniais (educação, tradições indígenas, saberes populares etc.) para avaliar a efetividade dos direitos. Ou seja, não basta aplicar mecanicamente a lei; exige-se levar em conta pluralismo jurídico, justiça cognitiva e “formas de vida” distintas. Desse modo, o constitucionalismo crítico defende uma leitura intercultural das normas, capaz de dar voz a grupos historicamente silenciados e de corrigir desigualdades de gênero por meio de políticas públicas mais contextualizadas (QUIJANO, 2010). Essa perspectiva revela que a positivação legal da igualdade de gênero deve ser acompanhada pela transformação de práticas institucionais, de modo a converter direitos formais em mudanças sociais de fato.

Os feminismos decoloniais e interseccionais ampliam o olhar sobre as opressões históricas e contemporâneas. Inspirados em intelectuais negros e anticoloniais, eles argumentam que gênero, raça, classe, território e sexualidade formam eixos interligados que moldam experiências distintas de desigualdade (CRENSHAW, 1989). Como destaca Djamila Ribeiro (2017), não se pode pensar as mulheres como um bloco homogêneo; compreendê-las requer reconhecer que só é possível romper com as estruturas opressivas quando se percebe que não há primazia de uma única forma de dominação.

Para Ribeiro (2017):

Não à toa, ao pensar conceitos como interseccionalidade e perspectivas revolucionárias, essas mulheres se propuseram a pensar novas formas de sociabilidade e não somente nas opressões estruturais de modo isolado. Seria como dizer que a mulher negra está num não lugar, mas mais além: consegue observar o quanto esse não lugar pode ser doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um lugar de potência. (RIBEIRO, 2017, p. 27).

Assim, o conceito de interseccionalidade de Crenshaw (1989) chama atenção para as “consequências estruturais” da interação entre múltiplos sistemas discriminatórios. No contexto brasileiro, isso significa admitir que mulheres negras, indígenas, periféricas ou LGBTQIA+ enfrentam violências específicas.

Rita Segato (2016) reforça esse ponto ao analisar a violência de gênero: ela argumenta que essa violência foi naturalizada pela lógica colonial-patriarcal, tornando-se um processo estrutural que une dominação de gênero, raça e classe. Para Segato, as mulheres negras, por exemplo, não apenas sofrem

racismo e machismo em separado; vivenciam a violência física e simbólica de modo híbrido, fruto de narrativas históricas que as excluíram da cidadania. Essa abordagem crítica destaca que a reivindicação feminista deve levar em conta as diversas identidades: reconhecer e amplificar o “lugar de fala” das mulheres oprimidas permite reconstruir narrativas coletivas plurais. Em suma, os feminismos decoloniais e interseccionais ampliam o referencial teórico ao exigir que toda análise das lutas por direitos inclua perspectivas raciais, indígenas e de classe, enriquecendo a memória histórica com vozes antes silenciadas.

## **2.3 O Século XX – A Conquista da Cidadania Formal (Sufrágio e Autonomia Civil)**

A história das mulheres no Brasil é marcada por uma luta constante contra estruturas patriarcais e pela conquista de espaços de reconhecimento político e jurídico (SCOTT, 1995; PATEMAN, 2008; QUIJANO, 2005). O protagonismo feminino foi decisivo para o avanço dos direitos civis e políticos e para a redefinição da cidadania, em um processo que combinou resistência, mobilização social e enfrentamento institucional.

### **2.3.1 Do sufrágio feminino à Constituição de 1988**

O primeiro grande marco da cidadania política feminina foi a conquista do direito ao voto. Em 24 de fevereiro de 1932, o Decreto nº 21.076 instituiu o Código Eleitoral, que pela primeira vez reconheceu formalmente o direito das mulheres alfabetizadas ao voto (MARQUES, 2020). Essa conquista não representou uma concessão estatal, mas o resultado de uma intensa mobilização conduzida por lideranças como Bertha Lutz, que articulou estratégias jurídicas e políticas por meio da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Segundo Marques (2020), o sufrágio foi a primeira grande fissura na exclusão política das mulheres, transformando a cidadania feminina em tema de debate público e constitucional.

As eleições de 1933 marcaram a estreia das mulheres nas urnas e nos espaços de representação, com a médica Carlota Pereira de Queirós tornando-se a primeira deputada federal eleita na América Latina (PINSKY, 2014). A Constituição de 1934 consolidou o voto feminino e ampliou a noção de igualdade política, abrindo caminho para novas reivindicações no campo da educação, do trabalho e da vida pública.

Durante a ditadura civil-militar (1964–1985), o movimento feminista brasileiro assumiu um caráter de resistência. Militantes organizaram redes de solidariedade, denunciaram prisões e torturas políticas e inseriram na agenda pública discussões sobre violência doméstica, direitos reprodutivos e

igualdade trabalhista (CHEHAB, 2018; ALVES, 2021). O período também testemunhou a criação de grupos feministas autônomos e a aproximação entre ativismo e academia, inaugurando o campo dos estudos de gênero no país.

Com a redemocratização, o protagonismo feminino foi essencial na Assembleia Nacional Constituinte. Em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que articulou o “Lobby do Batom” — um grupo de parlamentares e ativistas que pressionou pela inclusão de direitos específicos das mulheres na nova Constituição (MARQUES, 2020). Como resultado, a Constituição Federal de 1988 consolidou a igualdade de gênero como cláusula pétrea, equiparando homens e mulheres em direitos e deveres (art. 5º, I) e impondo ao Estado o dever de combater a violência de gênero e promover a igualdade substantiva (BRASIL, 1988).

O Brasil também passou a integrar o sistema internacional de proteção dos direitos das mulheres, ao ratificar, em 1984, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), consolidada internamente pelo Decreto nº 4.377/2002, o que ampliou a obrigação estatal de promover políticas públicas de equidade.

### 2.3.2 A transição da incapacidade civil (1916–1962) à redemocratização e a igualdade substantiva (1988)

Apesar do avanço político, o campo civil permaneceu ancorado em princípios patriarcais. O Código Civil de 1916 manteve a mulher casada sob “autoridade marital”, reconhecendo-a como relativamente incapaz para atos da vida civil (CROCETTI; SILVA, 2020). Essa limitação jurídica simbolizava a continuidade de uma estrutura colonial de poder, na qual a mulher era tutelada na vida privada e excluída da plena cidadania.

Somente com a Lei nº 4.121/1962 — o Estatuto da Mulher Casada — a mulher conquistou capacidade civil plena para administrar seus bens e exercer atividade profissional sem autorização do marido (BRASIL, 1962). Apesar desse avanço, a figura do marido como “chefe da sociedade conjugal” permaneceu no ordenamento até o Código Civil de 2002, revelando a persistência de uma hierarquia jurídica entre os gêneros.

A Constituição Federal de 1988 representou o ponto de inflexão no processo histórico de reconhecimento das mulheres como cidadãs plenas. Além do princípio da isonomia (art. 5º, I), a Carta instituiu garantias concretas de proteção ao trabalho da mulher, licença-maternidade e combate à violência doméstica, incorporando dimensões materiais da igualdade (SILVA, 2019).

A CF/88 também instituiu um novo paradigma hermenêutico: qualquer norma que limite o princípio da igualdade de gênero deve ser interpretada restritivamente. Esse comando constitucional impulsionou a criação de políticas públicas específicas, como os Planos Nacionais de Políticas para as



Mulheres (2004, 2008, 2013 e 2021) e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que deram continuidade à luta histórica iniciada com o sufrágio de 1932.

## **2.4 A Conformação do Direito Civil à Constituição Federal de 1988: Do Patriarcalismo ao Princípio da Isonomia**

O advento da Constituição Federal de 1988 representou um divisor de águas no ordenamento jurídico brasileiro, ao afirmar de modo categórico a igualdade entre homens e mulheres no art. 5º, inciso I, estabelecendo uma nova diretriz hermenêutica baseada no princípio da isonomia substancial (BRASIL, 1988). Essa mudança paradigmática impôs ao Direito Civil a necessidade de revisão de seus fundamentos normativos, historicamente estruturados sob a lógica patriarcal do Código Civil de 1916, que consagrava o marido como “chefe da sociedade conjugal” e a mulher como sujeito relativamente incapaz (CROCETTI; SILVA, 2020).

A Lei nº 10.406/2002, que instituiu o novo Código Civil (CC/2002), foi resultado dessa conformação constitucional. Ela aboliu definitivamente a figura do “chefe de família” e igualou os direitos e deveres dos cônjuges em todos os aspectos da vida conjugal, inclusive na administração dos bens comuns e na responsabilidade pelos filhos (BRASIL, 2002). O CC/2002 consolidou, assim, a plena capacidade jurídica da mulher e a igualdade sucessória entre os sexos, rompendo com o paradigma hierárquico do modelo civilista anterior. Conforme destaca Silva (2019), o novo Código Civil traduziu juridicamente o compromisso constitucional com a igualdade material, adequando o direito privado ao pacto social democrático instaurado pela Constituição de 1988.

Essa transição normativa representa o fechamento de um ciclo histórico: o Direito Civil, que por séculos funcionou como instrumento de legitimação da subordinação feminina, passou a servir como mecanismo de efetivação dos direitos fundamentais, sobretudo na esfera familiar e patrimonial.

### **2.4.1 O Efeito Catalisador da Constituição de 1988 e a Evolução Jurisprudencial**

A Constituição de 1988 não apenas reconfigurou o Direito Civil, mas também criou as bases normativas para a tutela penal e protetiva das mulheres. O reconhecimento da igualdade substancial impôs ao Estado a responsabilidade de desenvolver políticas públicas voltadas à erradicação da violência de gênero (BRASIL, 1988).

Em 2006, essa diretriz se materializou na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que se tornou um marco no enfrentamento à violência doméstica. A lei redefiniu o conceito de violência contra a mulher, criou mecanismos de proteção integral e instituiu juizados especializados, configurando uma aplicação concreta do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (BRASIL, 2006).



Posteriormente, em 2015, a Lei nº 13.104/2015 introduziu o crime de feminicídio como qualificadora do homicídio, reconhecendo a violência letal motivada por gênero como expressão da desigualdade estrutural (BRASIL, 2015). Essa inovação jurídica consolidou o reconhecimento da violência contra a mulher como violação de direitos humanos, em consonância com a Convenção de Belém do Pará e com a CEDAW, ratificada pelo Brasil (ONU, 1984).

**Tabela 1: Principais Marcos Normativos da Cidadania Feminina no Século XX e a Transição para a Igualdade Plena**

Ano	Norma Jurídica	Natureza da Conquista	Impacto no Status Jurídico
1932	Decreto nº 21.076/1932 (Código Eleitoral)	Político	Instituição do sufrágio universal, direto e secreto para mulheres.
1962	Lei nº 4.121/1962 (Estatuto da Mulher Casada)	Civil Parcial	Fim da incapacidade relativa da mulher casada para administrar bens próprios e exercer profissão; manutenção da chefia marital.
1988	Constituição Federal	Constitucional	Consagração da igualdade plena de direitos e obrigações e direitos sociais (ex: licença-maternidade 120 dias).
2002	Lei nº 10.406/2002 (Novo Código Civil)	Civil Plena	Abolição definitiva da chefia masculina; consolidação da autonomia jurídica, patrimonial e sucessória.

Fonte: Autoras (2025).

A Constituição de 1988 operou uma verdadeira mutação constitucional, catalisando a transformação do sistema jurídico brasileiro ao integrar a igualdade de gênero como princípio estruturante da ordem civil, penal e familiar. A abolição da figura hierárquica do “chefe de família” no Código Civil de 2002 reflete essa supremacia constitucional e simboliza a adequação do direito privado aos valores democráticos (SILVA, 2019).

A influência do princípio da isonomia é também perceptível na evolução jurisprudencial. O Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou a interpretação constitucional de que teses jurídicas baseadas em estereótipos de gênero são incompatíveis com o Estado Democrático de Direito. Um marco emblemático foi o julgamento da ADPF 779/2021, no qual o STF proibiu o uso da tese da “legítima

defesa da honra” em casos de feminicídio, reconhecendo que tal argumento perpetuava a cultura da violência contra as mulheres (STF, 2021).

Essa decisão demonstra o papel ativo do Poder Judiciário na consolidação de uma ética constitucional de gênero, alinhada à pressão social e à vigilância dos movimentos feministas. A jurisprudência contemporânea, ao incorporar os valores constitucionais de igualdade e dignidade, atua como instrumento de reinterpretação do Direito sob uma ótica emancipatória.

A conformação do Direito Civil à Constituição de 1988 representa o ponto culminante de um longo processo de reconstrução democrática e jurídica da cidadania feminina no Brasil. A integração entre reformas legislativas, políticas públicas e decisões judiciais evidencia que a igualdade de gênero não é apenas um princípio formal, mas uma conquista histórica que redefine as bases do Estado e da sociedade. A trajetória que se inicia com o sufrágio de 1932 e culmina com o Código Civil de 2002 traduz a transição de um modelo de tutela patriarcal para uma concepção substantiva de igualdade, em que as mulheres deixam de ser sujeitas subordinadas e passam a ocupar o centro da agenda constitucional brasileira.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, orientada à compreensão crítica das relações entre protagonismo feminino, democracia digital e constitucionalismo decolonial no contexto brasileiro contemporâneo. Trata-se de estudo de natureza teórico-interpretativa, fundamentado na articulação entre direito, teoria crítica, estudos de gênero e epistemologias do Sul, conforme delineado no corpus analisado.

O método utilizado é o dedutivo, partindo de referenciais teóricos gerais para a análise de fenômenos específicos, especialmente as formas históricas e contemporâneas de atuação política das mulheres. A pesquisa desenvolve-se por meio de revisão bibliográfica sistemática, com base em autoras e autores centrais no campo dos estudos de gênero, feminismo decolonial e teoria crítica, como Scott (1995), Quijano (2010), Ribeiro (2017; 2019) e Segato (2016), permitindo a construção de um arcabouço teórico interdisciplinar.

Paralelamente, realiza-se pesquisa documental, com análise de fontes normativas e institucionais, incluindo a Constituição Federal de 1988, legislações infraconstitucionais voltadas à proteção dos direitos das mulheres e à regulação do ambiente digital, bem como relatórios e registros de mobilizações feministas em plataformas digitais. Essa etapa permite compreender a materialização jurídica das demandas sociais e sua relação com o ativismo contemporâneo.

O recorte temporal da investigação compreende dois eixos analíticos: o século XX, com foco nos marcos históricos da cidadania feminina, e o período de 2014 a 2025, correspondente à consolidação do ativismo digital feminista. A análise dos dados é realizada por meio de interpretação crítica, inspirada na técnica de análise de conteúdo categorial (BARDIN, 2011), articulando categorias como gênero, poder, colonialidade e tecnologia.

A pesquisa não envolve coleta de dados empíricos com sujeitos, dispensando apreciação por Comitê de Ética, e privilegia a análise teórico-normativa como estratégia para evidenciar as continuidades e rupturas nas formas de participação política das mulheres.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Ativismo Digital e a Reconfiguração das Agendas Feministas: 2014–2025

O avanço das tecnologias digitais transformou radicalmente as formas de mobilização e participação política das mulheres, promovendo novas arenas de visibilidade e de disputa simbólica. As redes sociais se tornaram instrumentos centrais de mobilização, denúncia e reconstrução da memória feminista, ao mesmo tempo em que reproduzem as desigualdades históricas de gênero, raça e classe (CHEHAB, 2018; UNESCO, 2021). Entre 2014 e 2025, consolidou-se no Brasil um ativismo digital feminista que, articulado ao constitucionalismo democrático, reposiciona o debate público sobre igualdade, representatividade e direitos humanos.

O ciclo iniciado após as Jornadas de Junho de 2013 marcou a transição entre a militância presencial e as mobilizações em rede. Plataformas digitais como Twitter, Facebook e Instagram tornaram-se espaços de denúncia e mobilização coletiva, impulsionando campanhas como #MeuPrimeiroAssédio (2015), #EleNão (2018) e #MeToo (2019), que ampliaram o alcance das pautas feministas e provocaram respostas institucionais concretas (FACIOLI; GOMES, 2022). Essas campanhas demonstram a capacidade do ativismo digital de transformar experiências individuais em narrativas políticas e jurídicas de alcance global.

As plataformas digitais operam como arenas de expressão e conflito. Por um lado, favorecem a amplificação de vozes marginalizadas e a consolidação de uma memória digital coletiva; por outro, reproduzem estruturas de exclusão por meio de algoritmos opacos, discursos de ódio e violência política de gênero (UNESCO, 2021). Pesquisas recentes apontam que as redes sociais criam bolhas de visibilidade seletiva, nas quais o engajamento depende de parâmetros algorítmicos que priorizam determinados perfis e invisibilizam outros, perpetuando desigualdades raciais e de classe (RIBEIRO, 2019).

A chamada democracia digital é, portanto, ambígua: enquanto amplia o acesso ao debate público, expõe as mulheres — especialmente negras, trans e periféricas — à violência simbólica e cibernética (SEGATO, 2016). Essa ambivalência exige políticas de regulação digital e educação midiática voltadas à mitigação dos vieses algorítmicos e à promoção da segurança digital com perspectiva de gênero.

Campanhas como #MeuPrimeiroAssédio, #EleNão e #MeToo exemplificam o modo como as mulheres utilizam o ambiente digital para denunciar violências e reivindicar transformações estruturais. As redes sociais se tornaram espaços de memória e resistência, onde o testemunho digital — entendido como a narrativa pública da experiência pessoal — converte o privado em político (RIBEIRO, 2018).

No entanto, o mesmo ambiente de mobilização também funciona como mecanismo de silenciamento, seja pela censura de conteúdo, pela violência simbólica, seja pela lógica de engajamento das plataformas. A governança algorítmica atua como filtro de legitimidade discursiva, privilegiando determinados corpos e discursos, o que reforça hierarquias de poder e exclusão (UNESCO, 2021).

#### 4.2 Interseccionalidade e Novas Agendas Jurídicas

O ativismo digital feminista contemporâneo exige uma leitura interseccional das políticas públicas e da legislação. A interseccionalidade (CRENSHAW, 1989) revela que gênero, raça, classe, território e sexualidade não operam isoladamente, mas de forma entrecruzada, produzindo diferentes formas de vulnerabilidade. Assim, a igualdade formal prevista na Constituição de 1988 é insuficiente para enfrentar as desigualdades substantivas vividas por mulheres negras, indígenas, trans e em situação de vulnerabilidade socioeconômica (RIBEIRO, 2019; SEGATO, 2016).

A resposta normativa a essas demandas se intensificou a partir de 2014, refletindo a pressão do ativismo digital e a internacionalização das pautas de gênero. Foram aprovadas leis que consolidam direitos e políticas afirmativas, como:

**Tabela 2: Respostas Normativas à Violência de Gênero na Era do Ativismo Digital (2014-2025)**

Ano	Norma Jurídica	Natureza da Conquista	Impacto no Status Jurídico
2006	Lei nº 11.340/2006	Lei Maria da Penha	Embora anterior a 2014, serve de base legal (previsão em CF/88) para proteger mulheres. A aplicação foi ampliada com delegacias especializadas e protocolos de urgência. Com destaque para a Lei nº

			15.212 de 18/09/2025 que altera a ementa da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para denominá-la oficialmente Lei Maria da Penha.
2014	Lei nº 12.965/2014	Marco Civil da Internet	A proteção jurídica da intimidade digital antecedeu, em parte, a legislação penal específica. A jurisprudência, notavelmente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), passou a reconhecer a exposição pornográfica não consentida (ou pornografia de vingança) como uma grave forma de violência de gênero. Com base no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), os tribunais aplicaram responsabilidade civil e condenaram agressores ao pagamento de danos morais, muitas vezes invocando, inclusive em processos cíveis, o arcabouço protetivo da Lei Maria da Penha.
2015	Lei nº 13.104/2015	Lei do Feminicídio	Qualificou o homicídio de mulheres em contexto de violência doméstica como crime hediondo.
2021	Lei nº 14.188/2021	Programa de Cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica	Instituiu o Programa Sinal Vermelho e tipificou o crime de violência psicológica contra a mulher.
2021	Emenda Constitucional nº 111/2021	Constitucional	Dobrou o peso dos votos dados a candidatas mulheres e pessoas negras no cálculo de distribuição dos fundos partidário e eleitoral.
2021	Lei nº 14.132/2021	Criminalização da Perseguição Reiterada (Stalking) A Lei nº 14.132/2021, que introduziu o Art. 147-A no Código Penal, criminalizando a perseguição reiterada (stalking), representa um marco na proteção contra a violência que se inicia ou se consolida no meio digital.	Essa legislação é fundamental porque a perseguição, frequentemente facilitada pelo ambiente virtual (ciberstalking), atinge majoritariamente as mulheres e serve como um estágio preliminar de formas de violência mais graves. A criminalização visa, portanto, prevenir danos maiores através da tipificação da conduta obsessiva e persistente.

2021	Lei nº 14.192/2021	Violência Política de Gênero	Tipificação para proteger candidatas contra agressões, refletindo maior exposição online.
2021	Lei nº 14.245/2021	Conhecida como Lei Mariana Ferrer	É um exemplo notável de como o ativismo digital pode catalisar reformas processuais urgentes. A lei foi promulgada em resposta direta à humilhação pública e à revitimização sofrida por Mariana Ferrer, vítima de crime sexual, durante uma audiência judicial, um caso que viralizou na mídia. A norma alterou o Código de Processo Penal para garantir a proteção de vítimas e testemunhas, especialmente em casos de crimes contra a dignidade sexual. O dispositivo legal coíbe a prática de se fazer perguntas ou usar argumentos nos processos judiciais que tenham por objetivo ofender a honra da vítima ou depreciar sua vida íntima, assegurando que o foco do julgamento permaneça nos fatos do crime, e não no comportamento da vítima.
2024	Lei nº 14.994/2024	Esfera penal	Transformou o feminicídio em crime autônomo, com penas ampliadas e novas medidas protetivas.
2025	Lei nº 15.177/2025	Cotas	Estabeleceu cotas de 30% para mulheres nos conselhos de administração de estatais, com subcotas para mulheres negras e com deficiência.
2025	Lei nº 15.123/2025	Inteligência Artificial	Esta norma reconhece que a violência digital pode ser produzida ou potencializada por meios tecnológicos avançados, incluindo o uso de Inteligência Artificial (IA) para alterar imagem ou som da vítima. A legislação sinaliza a necessidade de o sistema jurídico se adaptar rapidamente, exigindo interpretações extensivas para combater a crescente sofisticação das agressões.

Fonte: Autoras (2025).

A análise dos dados apresentados na Tabela 2 revela que o avanço legislativo brasileiro, ao longo da última década, não se limitou à criação de novos tipos penais, mas consolidou um sistema integrado de proteção à mulher, articulando dimensões penais, civis, constitucionais e administrativas. Cada marco normativo corresponde a uma resposta direta às mobilizações sociais e digitais, que ampliaram a capacidade de denúncia, incidência política e transformação institucional do feminismo contemporâneo (CHEHAB, 2018; RIBEIRO, 2019).

Esses marcos normativos materializam o diálogo entre constitucionalismo, tecnologia e feminismo, configurando respostas institucionais a uma sociedade ainda marcada pelo que Segato (2016) denomina de pedagogia da crueldade — a naturalização da violência e da desigualdade como práticas cotidianas, que impõem o desafio de transformar a cultura jurídica por meio da escuta das experiências femininas.

Cada conquista legal amplia o espectro de direitos e garantias, mas também revela os desafios de implementação, especialmente no que se refere às desigualdades raciais, regionais e de classe (RIBEIRO, 2019).

Assim, o protagonismo feminino, em suas dimensões histórica, jurídica e digital, não apenas impulsiona reformas legislativas, mas redefine o próprio sentido do constitucionalismo contemporâneo, promovendo práticas democráticas mais inclusivas, participativas e sensíveis à pluralidade de experiências humanas — pilares essenciais para o fortalecimento dos direitos humanos e da cidadania substantiva no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do protagonismo feminino no Brasil demonstra que a conquista de direitos não se deu de forma linear, mas por meio de processos complexos de enfrentamento e reorganização política. As mulheres, historicamente excluídas dos espaços de poder, transformaram cada limitação em oportunidade de resistência, expandindo as fronteiras da cidadania e introduzindo novas perspectivas sobre igualdade, justiça e democracia.

A trajetória analisada evidencia que o avanço jurídico e social das mulheres exigiu rupturas paradigmáticas. O sufrágio feminino, a autonomia civil e a constitucionalização da igualdade representaram marcos fundamentais na construção da cidadania formal, mas a efetividade desses direitos dependeu — e ainda depende — da superação das barreiras estruturais e culturais que sustentam a desigualdade.

Na era digital, o protagonismo feminino adquire novas formas de expressão e impacto. As plataformas virtuais se tornaram arenas de mobilização e denúncia, permitindo que as experiências



individuais se transformem em narrativas coletivas e politizadas. Contudo, esse mesmo ambiente amplia os desafios, exigindo que a igualdade de gênero se estenda às dimensões tecnológicas, à governança digital e à proteção contra novas modalidades de violência simbólica e informacional.

A análise histórica e contemporânea confirma que o fortalecimento da democracia brasileira passa pelo reconhecimento das múltiplas vozes femininas que constroem o espaço público. Integrar essas vozes aos processos decisórios, às políticas públicas e às práticas comunicacionais é condição essencial para a concretização de uma igualdade substantiva.

Assim, o protagonismo feminino se consolida como força estruturante de transformação social. Ele conecta passado e presente, une a memória histórica ao ativismo digital e projeta um horizonte de futuro em que a justiça de gênero, a diversidade e a pluralidade não sejam apenas ideais constitucionais, mas realidades vividas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, **Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002.** Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021.** Altera dispositivos da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022.** Dispõe sobre financiamento eleitoral e candidaturas femininas. Diário Oficial da União, Brasília, 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Marco Civil da Internet. Diário Oficial da União, Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o Código Penal para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021.** Tipifica o crime de perseguição (stalking). Diário Oficial da União, Brasília, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021.** Institui o Programa de Cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica. Diário Oficial da União, Brasília, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021.** Dispõe sobre a violência política contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021.** Conhecida como Lei Mariana Ferrer. Diário Oficial da União, Brasília, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.994, de 22 de outubro de 2024.** Transforma o feminicídio em crime autônomo. Diário Oficial da União, Brasília, 2024.

BRASIL. **Lei nº 15.123, de 24 de abril de 2025.** Agrava a pena de violência psicológica cometida com uso de inteligência artificial. Diário Oficial da União, Brasília, 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.177, de 12 de julho de 2025.** Institui cotas de gênero em conselhos de administração de empresas estatais. Diário Oficial da União, Brasília, 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.212, de 18 de setembro de 2025.** Altera a ementa da Lei nº 11.340/2006 para denominá-la oficialmente Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União, Brasília, 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962.** Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada (Estatuto da Mulher Casada). Diário Oficial da União, Brasília, 1962.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.** Institui o Código Eleitoral. Brasília: Câmara dos Deputados, 1932.

CHEHAB, I. M. C. V. Movimentos Feministas No Brasil: Ciclos Históricos, Velhos Desafios E Novas Propostas De Resistência No Contexto Da Pós-Democracia. **THEMIS: Revista da Esmec**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 71–89, 2018. DOI: 10.56256/themis.v16i2.640.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

CROCETTI, R. M.; SILVA, J. B. A Promulgação Do Estatuto Jurídico Civilista De 1916 E As Matrizes Do Patriarcalismo Brasileiro: A Cidadania Feminina Brasileira Negada No Direito Positivado. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, [S. l.], n. 8, p. 405–430, 2020. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/2282>. Acesso em: 27 mar. 2026.

FACIOLI, L. R; GOMES, S. S. R. O ativismo feminista online no Brasil: Aportes para uma agenda em construção. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 22, p. e40496, 2022. DOI: 10.15448/1984-7289.2022.1.40496.

HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MARQUES, T. C. N. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

ONU. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 1979.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

PINSKY, C. B. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul: justiça epistêmica e conhecimento intercultural**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 84–130.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

STF. **ADPF 779/DF**: julgamento de 12 de março de 2021. Supremo Tribunal Federal, Brasília, 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6081690>. Acesso em: 27 mar. 2026.

UNESCO. **The Chilling: Global Trends in Online Violence Against Women Journalists**. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://www.icfj.org/our-work/chilling-global-study-online-violence-against-women-journalists>. Acesso em: 27 mar. 2026.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

CARVALHO, I. C. M; CAVALCANTE, J. P. R. Protagonismo Feminino, Democracia Digital e Constitucionalismo Decolonial. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 5, art. 4, p. 67-85, mai. 2026.

<b>Contribuição dos Autores</b>	<b>I. C. M. Carvalho</b>	<b>J. P. R. Cavalcante</b>
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X